

Por que a onda progressista não abriu caminho para um mundo melhor?

Fabio Luis Barbosa dos Santos¹

Daniel Augusto Feldmann²

Resumo

Diante do agravamento de problemas econômicos e sociais no contexto da pandemia, em que há um «revival» keynesiano nos países industrializados, este artigo questiona se faz sentido reviver o progressismo como uma alternativa civilizatória na América Latina. O texto faz o seguinte movimento. Inicialmente, problematiza-se a ideologia do progresso. Em seguida, sobrevoa-se a situação de diferentes países latino-americanos no contexto que antecedeu a pandemia do coronavírus, para explorar a hipótese de esgotamento do progressismo. Ao contrário de explicar o momento político atual como uma reação a avanços precedentes, sugere-se que a tentativa de conter o processo histórico de dessocialização nos marcos da crise estrutural do capitalismo implicou no recurso a práticas, dispositivos e políticas que terminaram acelerando este mesmo processo, que é detalhado no caso brasileiro. As noções de «contenção aceleracionista», «progressivismo regressivo» e «neoliberalismo inclusivo» são as chaves propostas para examinar as contradições do progressivismo e entender porque a onda progressista não abriu caminho para um mundo melhor. O texto se encerra com um paralelo entre as expectativas de um retorno keynesiano no contexto da pandemia e os limites do horizonte civilizatório progressista para enfrentar os problemas estruturais agravados por esta situação inédita.

Palavras-chave: Onda progressista; Progresso; Pandemia; Keynesianismo.

¹ Professor da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo - USP. | fabio.luis@unifesp.br

² Professor da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Doutor em Desenvolvimento econômico pela UNICAMP com Pós Doutorado no Laboratório de Sociedade, Filosofia e Antropologia Política (SOPHIAPOL) da Universidade parís Nanterre. | dafeldbr@yahoo.com.br



Resumo

Ante el agravamiento de los problemas económicos y sociales en el contexto de la pandemia, en la que se vive un resurgimiento "keynesiano" en los países industrializados, este artículo cuestiona si tiene sentido revivir el progresismo como alternativa civilizadora en América Latina. El texto hace el siguiente movimiento. Inicialmente, se discute la ideología del progreso. Luego, se releva la situación de diferentes países latinoamericanos en el contexto que precedió a la pandemia de coronavirus, con el fin de explorar la hipótesis del agotamiento del progresismo. Más que explicar el momento político actual como reacción a avances previos, se sugiere que el intento de contener el proceso histórico de desocialización en el marco de la crisis estructural del capitalismo implica el uso de prácticas, dispositivos y políticas que terminaron acelerando este mismo proceso, que se detalla en el caso brasileño. Las nociones de "contención aceleracionista", "progresismo regresivo" y "neoliberalismo inclusivo" son las claves propuestas para examinar las contradicciones del progresismo y entender por qué la ola progresista no abrió el camino a un mundo mejor. El texto finaliza con un paralelismo entre las expectativas de un retorno keynesiano en el contexto de la pandemia y los límites del horizonte de la civilización progresista para enfrentar los problemas estructurales agravados por esta situación sin precedentes.

Palabras clave: Ola progresista; progreso; pandemia; Keynes.

Abstract

In a context of worsening economic and social problems in the face of the pandemic, where a Keynesian revival is being observed in industrialized countries, this article questions whether it makes sense to revive progressivism as a civilizing alternative for Latin America. The text addresses this issue through the following steps. Initially, the ideology of progress is problematized. Then an overview of the situation of different Latin American countries in the context that preceded the outbreak of the Conavirus pandemic is undertaken, to explore the hypothesis of the exhaustion of progressivism. Contrary to explaining the current political moment as a reaction to past governments, it is suggested that the Pink Tide attempt to contain a historical process of de-socialization within the framework of the structural crisis of capitalism, implied the use of practices, devices and policies that ended up accelerating this same process, which is further detailed in the Brazilian case. The notions of "accelerationist containment," "regressive progressivism," and "inclusive neoliberalism" are the proposed keys to examining the contradictions of progressivism and understanding why the Pink Tide has not paved the way for a better world. The text is closed by a parallel between the expectations of a Keynesian return in the context of the pandemic, and the limits of the progressive landscape to face the structural problems that this unforeseen situation aggravates.

Keywords: Pink Tide; Progress; Pandemic; Keynes.



Introdução³

Agora “somos todos keynesianos”, diz o adágio que por ora volta em tempos pandêmicos. De fato, na América Latina e no mundo, emergiu no contexto crítico do covid-19 um inusitado “Novíssimo Consenso Macroeconômico” que aparentemente, diverge bastante e em certos termos se opõe ao “Novo Consenso Macroeconômico” que prevaleceu nas últimas décadas entre o que se chama de *mainstream* entre os economistas. Sintomático nesse sentido é o relatório do FMI lançado em abril de 2020, em que notam-se proposições que destoam das orientações que historicamente norteiam o Fundo e que não deixam de ecoar agora um sabor, por assim dizer, keynesiano. Este *revival* não é fortuito. Afinal, o pano de fundo da proposta keynesiana de um capitalismo regulado, foi a maior depressão econômica do século XX, entremeada por duas guerras mundiais. Embora o economista britânico vislumbrasse um futuro de paz e prosperidade (que encontraram lastro histórico nos trinta anos gloriosos), chegando até a profetizar o fim do rentismo, sua máxima de que era preciso « salvar o capitalismo dos capitalistas » revela o que pode ser considerado como a sua preocupação fundamental: administrar as contradições do capitalismo, de modo a viabilizar a vitalidade do sistema.

Em termos comparáveis, mas diferentes, que correspondem à peculiaridade da situação periférica, a utopia de civilizar o capitalismo na América Latina foi encarnada pelo ideário nacional-desenvolvimentista que prosperou no pós Segunda Guerra, tendo como referência fundamental o pensamento cepalino. À sua época, este ideário inspirou uma pluralidade de experiências políticas balizadas pelo ensejo comum de conciliar desenvolvimento econômico e integração social, na expectativa de consolidar nações. Animados por um desígnio comparável, não por acaso diversos governos identificados com a *South American Pink Tide* no século XXI recuperaram o referencial desenvolvimentista, exemplificado de forma lapidar pelo neodesenvolvimentismo reivindicado pelas gestões petistas no Brasil. Eleitos em um contexto de reação ao neoliberalismo, as diversas expressões do reformismo progressista buscaram um mínimo denominador comum entre globalização e soberania na esfera internacional, e entre neoliberalismo e integração da população no plano doméstico. À sua

³ Os argumentos deste texto foram expandidos e elaborados no livro "O médico e o monstro. Uma leitura do progressismo e seus opositos" (São Paulo: Elefante, 2021).



maneira, perseguiram a pedra filosofal de um « neoliberalismo inclusivo », como outrora se perseguiu o « desenvolvimento dependente », na expectativa de que deste amálgama, emergiriam nações mais democráticas e soberanas.

Entretanto, quando eclodiu o coronavírus, o progressismo latino-americano vivia um refluxo. A maioria dos países da região era comandada por governos abertamente alinhados com a agenda da austeridade fiscal e em princípio, hostis a um maior intervencionismo estatal, à políticas fiscais expansionistas e a controles de capitais, entre outras medidas mais próximas do ideário desenvolvimentista repaginado pelo progressismo. Em um contexto de agravamento dos problemas econômicos e sociais da região em função da pandemia, em que se observa um revival keynesiano nos países centrais, questionamos neste artigo se faz sentido reivindicar uma volta ao progressismo como alternativa civilizatória para a América Latina. Endereçar este tema exige uma interpretação da dinâmica que levou ao malogro do progressismo latino-americano, cujas linhas gerais delinearemos.

O artigo apresenta a seguinte estrutura. Inicialmente, problematizamos a ideologia do progresso e sua ressonância na América Latina, para em seguida, sobrevoar a situação de diferentes países no contexto que antecedeu a pandemia. Ao contrário de entender o momento político atual como uma reação ao progressismo, sugerimos que a tentativa progressista de conter um processo histórico de dessocialização nos marcos da crise estrutural do capitalismo, implicou no recurso a práticas, dispositivos e políticas que terminaram acelerando este mesmo processo, o que é explorado com mais detalhes no caso brasileiro. As noções de “contenção aceleracionista”, “progressismo regressivo” e “neoliberalismo inclusivo” são as chaves propostas para examinar as contradições do progressismo e compreender por que a onda não abriu caminho para um mundo melhor. Encerramos o texto estabelecendo um diálogo entre as expectativas de um retorno keynesiano motivado pelo contexto da pandemia, e os limites do horizonte progressista para enfrentar os problemas estruturais que esta situação imprevista, agudiza.

1. O progresso como ideologia

A catástrofe social e econômica decorrente da pandemia oferece mais um motivo para colocar em questão o paradigma do progresso, que balizou ideologias políticas à direita e à esquerda do espectro político desde o



século XIX. Já o filósofo Theodor Adorno aventava a hipótese de que, na modernidade, a noção de progresso havia se tornado um mito em contínua repetição. Neste processo, engendrava o oposto das aspirações declaradas em seu nome, que só poderiam ser seriamente contempladas caso fosse posto em xeque o próprio conceito de progresso.

A atualidade desta reflexão, não reside apenas no fato de que a origem do covid-19 e de outras patogenias que tem se multiplicado pelo mundo, remete à forma cega e deletéria pela qual os homens produzem mercadorias em nome da ideia de progresso. Uma outra dimensão aqui também é essencial. Os que falam hoje que, para preservar a economia é necessário ("infelizmente") deixar a pandemia ceifar vidas, estão apenas externando uma brutalidade que em tempos "normais", se busca recalcar. Afinal, a própria lógica econômica da nossa sociedade é assassina e suicida, na medida em que rejeita qualquer consideração social alheia ao processo de valorização sem fim do capital, cada vez mais precário e inviável, contra tudo e contra todos. Destarte, apesar da sensação generalizada de fim do mundo, ou talvez mesmo alimentado por esta sensação, o progresso continua sendo erigido como força onipresente, ao qual todos devem se curvar.

O problema se agrava quando observamos que a justificada indignação contra semelhante crueldade pragmática, talvez não seja um bom guia para o enfrentamento da questão. Pois o problema do "progressismo" é que ele carrega a ilusão de que se poderia separar seus bons e maus efeitos, em relação aos termos em que se dá a reprodução social na atualidade: o joio do trigo. O esteio desta quimera é a ideia de que uma condução bem-intencionada e racional da vida social e econômica basta para que predominem os resultados desejáveis, frente aos indesejáveis. Com isso, oblitera-se a questão de fundo, que reside no próprio movimento do progresso, que a tudo arrasta e destrói.

Historicamente nascido da dominação consciente dos homens sobre a natureza e seus semelhantes, o progresso se inverte num enorme poder inconsciente que se impõe de forma heterônoma aos indivíduos, sociedades e Estados. Isso significa que, ao aderirmos às premissas aparentemente científicas e racionais de tal poder, subordinamos a sociedade ao caráter incontrolável de exigências irracionais contrárias não apenas a uma vida saudável para as pessoas, mas também contra a sua própria sobrevivência. Tal veredito, se ainda resta alguma dúvida, fica nítido ao confrontarmos a sofisticação tecnológica das formas atuais de se produzir, com as



dificuldades para garantir uma estrutura mínima de saúde aos indivíduos frente à pandemia global, assim como com os obstáculos para se assegurar a subsistência material daqueles que ficaram sem renda face ao desabamento econômico.

O trilho do progresso, independentemente da coloração ideológica com que seja pintado, é a via tautológica da acumulação pela acumulação, da produção pela produção, do crescimento pelo crescimento. Uma via civilizatória que subordina toda vida ao movimento do valor e a seus objetivos abstratos de expansão sem fim, obliterando qualquer possibilidade de subordinar a vida material aos desígnios conscientes da sociedade. Em outras palavras, o substrato inerente ao conceito de progresso, seu caráter expansivo e infundável, é o caráter expansivo e infundável do próprio capital. Por isso, é indiferente se o polo dominante em cada sociedade é o mercado ou o Estado, como nos ensinam as experiências soviética e chinesa: regimes igualmente pautados pelo progresso, neste caso travestido de desenvolvimento das forças produtivas, as sociedades produzidas pelas revoluções russa e chinesa foram incapazes de superar a mercantilização do trabalho e da vida – em suma, de ir além do capital (Mészáros: 1999). O trilho progressista, apesar das reivindicações de autonomia humana em seu nome, reafirma a crescente impotência da atividade de homens e mulheres, frente à dominação de estruturas impessoais. E não poderia ser diferente, uma vez que o afã moderno pelo progresso sempre implica uma adaptação da sociedade produção de mercadorias e dinheiro, bem como às relações técnicas, sociais e ambientais que convergem no objetivo de alargar indefinidamente, a escala dessa mesma produção.

2. O progressismo antes da pandemia

Uma apreciação crítica da onda progressista na América Latina deve estar referida a este sentido universal do conceito de progresso, mas também deve considerar suas implicações específicas para o subcontinente. Na história da região, constata-se uma diversidade de avatares que ressoam a retórica do progresso, como desenvolvimentismo, projeto nacional, busca pela soberania nacional, choques liberais, modernização institucional, perspectiva de convergência econômica e social com os países ricos, entre outros. Entretanto, o fluxo dinâmico do movimento histórico se subverteu nos decênios recentes. Se outrora o progresso aparecia como um caminho para a formação de economias nacionais integradas e sociedades salariais



inclusivas modeladas no Estado de Bem-Estar social, no presente o sinal se inverteu, e são os fantasmas tipicamente latino-americanos da superfluidade e da exclusão, que se universalizam. A raiz deste processo remete à crise do capital que se coloca a partir dos anos 1970, cuja natureza não é cíclica, mas estrutural: um *continuum* depressivo incapaz de engendrar uma nova rodada de acumulação produtiva global e sustentável (Mészáros: 1999). Neste quadro, a aposta tácita de que a história latino-americana ainda estaria no lado do progresso no século XXI, só poderia se colocar como um norte simbólico ou como fonte de legitimação - isto é, como ideologia.

Para discutir esta hipótese, examinaremos a seguir, aspectos da conjuntura latino-americana nos meses que antecederam a eclosão do coronavírus. Nossa hipótese é que estava em curso um agravamento da crise social na região, que se expressa politicamente no esgotamento do progressismo como via de gestão das tensões sociais no continente. Trata-se de um duplo esgotamento, na medida em que o progressismo foi percebido distintamente pelos de cima e pelos de baixo: visto do topo, o progressismo se inviabilizou como via de gestão da ordem, enquanto entre os de baixo, perde a legitimidade que um dia teve, como hipótese civilizatória alternativa. Neste quadro, novas formas gestão da panela de pressão social que é a América Latina, estão sendo gestadas, em sintonia com uma tendência mundial em que as convergências entre neoliberalismo e autoritarismo se intensificam. Embora a pandemia recoloque o intervencionismo estatal e políticas de assistência social no debate e na prática política mundial, entendemos que a tendência fundamental acima descrita não será revertida: assim como uma reedição do keynesianismo é impossível no século XXI, o desenvolvimentismo na qual se escorou o progressismo latino-americano, se tornou uma ideia fora do lugar.

Para discutir o esgotamento do progressismo, examinaremos a seguir a situação anterior à pandemia nos dois países em que fincou raízes mais profundas, Venezuela e Bolívia, nos quais constituições foram reescritas no início do século XXI com o objetivo de refundar nações. Ao analisar estes países, nos deparamos com diferentes vias que conduziram o progressismo a uma situação crítica no período recente. Na sequência, abordaremos situações que parecem desmentir o fim do progressismo: México, Argentina e mesmo o Brasil. Sugerimos que o progressismo não está necessariamente sepultado como alternativa da ordem, mas sim, como horizonte de mudança. Nestes dois últimos casos, assim como no Uruguai, constata-se que a política progressista se tornou restauracionista, porque busca a



impossível reedição de um passado recente idealizado: enquanto a direita troca a sua pele, o progressismo se revela, literalmente, sem futuro, o que é explicitado no contexto da pandemia.

a) Poder progressista: Bolívia e Venezuela

De maneira geral, argumentamos que na crise do progressismo convergem, de diferentes modos, aspectos políticos, econômicos e sociais. Na Bolívia, a crise explodiu pela política. A conjuntura que levou à renúncia de Evo Morales é um assunto complexo e motivo de controvérsia na esquerda. Sem entrar nos meandros do debate, é essencial ter clareza sobre alguns pontos. Em primeiro lugar, a situação que resultou na derrubada do presidente não deve ser enquadrada como uma disputa meramente de 'esquerda contra direita', uma vez que, ao menos desde 2011, a base popular do governo está rachada. Naquele ano, foi reprimida brutalmente uma marcha indígena contra a construção de uma rodovia atravessando o parque natural e reserva indígena do TIPNIS, cindindo o *Pacto de Unidad* que aglutinava as principais organizações sociais do país em torno do MAS desde 2004. Nesta mesma conjuntura, um significativo grupo de intelectuais, incluindo egressos de altos postos no governo, circulou um *Manifiesto por la recuperación del Proceso de Cambio para el pueblo y con el Pueblo*.

O governo reagiu a esta fratura em sua base de apoio de modo intolerante, perseguindo, difamando e dividindo organizações e lideranças críticas (Fides, 2013; 2015). Ao mesmo tempo, consolidou alianças com setores políticos conservadores, o agronegócio e as multinacionais que exploram hidrocarbonetos e minérios. Ninguém no andar de cima estava perdendo dinheiro na Bolívia de Morales. Neste processo, o MAS reforçou seu poder junto à mídia, o judiciário, a polícia e mesmo na relação com as Forças Armadas, lubrificada com orçamentos elevados e a manutenção de privilégios, como a aposentadoria integral. Este projeto de poder centrou-se cada vez mais na figura de Evo Morales, alimentada pelo ideólogo do regime, o vice-presidente García Linera, sob a consigna de um "evismo, o nacional-popular em ação" (García Linera, 2006).

Estas considerações colocam em contexto a derrota sofrida por Morales no referendo constitucional em fevereiro de 2016, propondo remover as restrições à reeleição presidencial. À essas alturas, numerosos movimentos populares, organizações sociais e intelectuais da esquerda eram críticos ao governo e contrários à proposta. Apesar do revés por estreita margem, o presidente insistiu em candidatar-se. Argumentou junto ao



Tribunal Constitucional do país que o veto à sua candidatura infringia um direito assegurado pelo artigo 23 da Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual a Bolívia é signatária: a candidatura de Morales colocava-se como um direito humano, acima da norma constitucional. Cumpre lembrar que cinco anos antes, o tribunal já favorecera o presidente ao permitir sua terceira candidatura, uma vez que a constituição permite apenas uma reeleição. Na ocasião, considerou-se que sua primeira eleição em 2005 não seria contabilizada, porque a constituição entrara em vigor posteriormente. Na prática, em outubro de 2019 Morales candidatou-se ao seu quarto mandato consecutivo.

Neste contexto, difundiu-se um profundo mal-estar em relação à esta entre diversos segmentos da população, e não apenas da direita. Quando a apuração dos votos foi suspensa em um momento em que o presidente liderava, mas não evitava o segundo turno (a lei boliviana exige 10% de vantagem em relação ao segundo colocado), este mal-estar transbordou. O resultado final deu vitória ao presidente no primeiro turno por estreita margem, mas a suspeita de fraude provocou um levante no qual quem tomou as ruas não foi a direita (embora ela também estivesse presente), mas sobretudo, uma juventude para quem o MAS, no governo havia quinze anos, sempre foi poder. Confrontado com policiais rebelados, o governo apelou para o exército, que se recusou a reprimir os dissidentes e “sugeriu” a renúncia ao presidente. Em suma, os protestos desestabilizaram o governo e criaram uma situação que a direita se empenha, desde então, em se aproveitar.

Analisada a dinâmica que levou o MAS à sua derrocada no seu conjunto, assistimos na Bolívia a uma tentativa do progressismo, uma vez convertido em poder, se perpetuar no governo a despeito das regras que ele próprio estabeleceu: é uma modalidade de progressismo monocrático.

Na Venezuela, a origem da crise é econômica. Sua raiz remete às limitações do bolivarianismo para romper com a situação que Celso Furtado descreveu como “subdesenvolvimento com abundância de divisas” (Furtado, 2008), ou seja: diversificar uma economia dependente da exportação do petróleo, superando a chamada ‘doença holandesa’, em que a apreciação da moeda local diante do influxo de divisas oriundas do petróleo, torna relativamente fácil e barato importar, inibindo a produção nacional. O risco é o país se tornar uma espécie de “parasita da natureza”, segundo a expressão empregada por Uslar Petri nos anos 1930.



A crise econômica tem três expressões principais: inflação, desajuste cambial e escassez de bens. Em particular, a disparidade entre a taxa de câmbio oficial e o câmbio negro, em uma economia que importa tudo o que consome, teve um efeito social desagregador. Em uma situação de escassez relativa de divisa agravada pela queda no preço do petróleo, itens básicos eram vendidos segundo a cotação paralela (por vezes de modo ilegal, pois importados pelo dólar oficial), cuja cotação disparou: no momento das eleições em dezembro de 2015, a diferença entre o câmbio oficial e o paralelo superava cem vezes (aproximadamente 1 dólar para 7 bolívares no oficial e 1 para 800 no paralelo) e dali em diante, só aumentou. Neste contexto, transitou-se de uma situação episódica, em que muitos ganhavam algum dinheiro especulando no varejo (por exemplo, enchendo o tanque de gasolina na Venezuela para revendê-la na Colômbia), para uma realidade em que todos precisam de dólares para defender o seu padrão de vida. Em suma, uma realidade em que o trabalho (os ganhos do trabalho), não basta para assegurar a reprodução social.

Este é o pano de fundo da corrosão da popularidade do bolivarianismo, que se expressou nas urnas em dezembro de 2015, quando o governo sofreu uma derrota acachapante, elegendo menos de 1/3 dos parlamentares. Esta situação confrontou o bolivarianismo com um dilema. Aceitando o resultado, se colocava em uma condição vulnerável, pois a maioria parlamentar absoluta permitiria à oposição manobrar para revogar ou impedir o mandato de Maduro. Por outro lado, desconhecer o resultado implicaria em contornar a institucionalidade na qual o processo tinha se apoiado até então - lembremos que o bolivarianismo sob Chávez realizou em 13 anos, 17 eleições e plebiscitos, dos quais venceu 16. O governo optou pela segunda via e este curso dividiu até mesmo seus apoiadores. Há quem entenda que os fins justificam os meios, argumentando que é preciso evitar o destino dos sandinistas na Nicarágua, que entregaram o poder em 1990 para rivais que desmantelaram os avanços precedentes. Por outro lado, há aqueles que entendem que os meios contradizem os fins, e o bolivarianismo se afasta de qualquer aspiração de mudança, com a qual originalmente se identificou: na síntese de Edgardo Lander (SUBVERTA, 2019), quanto mais tempo Maduro ficar no poder, menos restará do chavismo.

Neste processo, o governo radicalizou a aliança com os militares, que comandam a vice-presidência, diversas administrações estaduais e ministérios, mas também a PDVSA, o comércio exterior, a importação e distribuição de alimentos, a compra de armas, projetos de mineração,



contrabandos diversos (Jácome, 2018). Enquanto isso, a crise se aprofunda: em maio de 2019, relatório do banco central estimou a inflação dos doze meses anteriores em 282.000%. Naquele mês, a cesta básica familiar era calculada em 1.218.147,82 bolívares, enquanto o salário mínimo vigente era de quarenta mil bolívares, o que significa que era preciso um salário mínimo por dia para alimentar adequadamente uma família. A queda do PIB nos últimos cinco anos foi superior a 50%, o que supera a retração sofrida pela Polônia entre 1939 e 1943 em meio à Segunda Guerra e a ocupação nazista, quando o PIB caiu 44%. Nesta conjuntura, calcula-se que mais de um milhão de venezuelanos deixaram o país nos anos recentes (Cenda, 2019; Prodavinci, 2019; Rivas Alvarado, 2019; Sutherland, 2019). Na Venezuela, único caso em que a reação conservadora reforçou o compromisso do governo com a mudança e não com a ordem, resultando na experiência em que o progressismo durou mais tempo e fincou raízes mais profundas, constata-se, na atualidade, o progressismo como desastre.

b) A esperança progressista: México, Argentina e Uruguai

Este quadro poderia ser ampliado para incluir o processo equatoriano. Neste país, a conversão de *Alianza País* em um partido da austeridade e as disputas intestinas de suas lideranças, resultaram em uma modalidade de transformismo progressista no sentido gramsciano do termo, ou seja: da transformação entendida como incorporação da oposição, à ordem. Em lugar disso, discutiremos a esperança que ainda se deposita no progressismo, que tem como expressão mais importante o episódio mexicano de progressismo tardio. De fato, trata-se de um caso importante e interessante, particularmente quando contrastado com o Brasil. A questão central que se coloca, do ponto de vista da nossa análise, é interrogar se a eleição de López Obrador em 2018 deve ser interpretada antes como uma vitória da mudança, ou como uma alternativa de gestão da crise.

A partir desta perspectiva, avançamos duas observações. Em primeiro lugar, é relevante constatar que, em todos os países em que o progressismo ainda não chegou à presidência, frentes de esquerda ficaram em segundo ou terceiro lugar nas últimas eleições (Peru, Colômbia, Chile), e na mais recente delas no México, venceu. Em segundo lugar, é pertinente examinar o contexto desta vitória, que tem como pano de fundo a monumental crise mexicana, expressa na precariedade do trabalho que impulsiona a imigração; na violência, entre o narcotráfico e os feminicídios; no drama agrário e na



questão indígena; na obesidade e na diabetes como questões de saúde pública; e assim por diante (Dessotti; Franzoni; Santos, 2019).

Sem detalhar esta lista, que poderia ser alongada, é possível sintetizar a singularidade dos desafios mexicanos em uma comparação com o contexto em que Lula foi eleito em 2002. Como no Brasil, constatam-se todos os problemas de um país latino-americano que se industrializou, associados à desigualdade e à dependência. Mas no caso mexicano, é preciso acrescentar uma sociedade e uma política com alto nível de penetração do crime organizado (como o Brasil não tinha naquele momento), e um casamento de papel passado com os Estados Unidos, na forma do Acordo de Livre Comércio da América do Norte em vigor desde 1994 (o Nafta, rebatizado como Acordo Estados Unidos-México-Canadá). Distante de um acordo restrito à esfera comercial, o Nafta tem efeitos em todas as esferas da vida mexicana, desde a política agrária até o padrão alimentar (grãos transgênicos estadunidenses subsidiados que invadiram mercados mexicanos), passando pela política de segurança (entre o *Plan Mérida* e a “Guerra às drogas” decretada em 2006), a política industrial e de salários em uma economia maquiladora, a questão migratória, que incide na relação com os vizinhos centro-americanos (pela qual AMLO tem sido particularmente criticado) e assim por diante.

Como López Obrador deixou claro que não mexerá nesta relação, mas ao contrário, sua equipe participou da renegociação do acordo antes mesmo de sua posse, infere-se que a margem de manobra para mudanças no país, é estreita. O fato de contar com uma maioria no congresso que o PT jamais teve, não modifica o quadro. O MAS boliviano, o kirchnerismo e o Frente Amplio uruguaio também tiveram maioria parlamentar em seu momento, o que não se traduziu em radicalização política.

O que se vislumbra no México neste momento, é uma espécie de contradança com o Brasil. Enquanto no país sul-americano a eleição de Bolsonaro sinaliza o fim da Nova República que sucedeu a ditadura, no México, o que se esgotou é o padrão de dominação de um partido de Estado que atravessou o século XX, e que desde 2000, incluiu um segundo partido conservador, configurando o que os mexicanos descrevem como “PRIAN” – um amálgama do PRI com o PAN. Em suma, a experiência mexicana indica que o progressismo tardio não é uma carta fora do baralho do ponto de vista da gestão da ordem, particularmente nos países onde ainda não chegou à presidência. Entretanto, sua margem de manobra como



alternativa de gestão da crise tende a ser cada vez mais reduzida, como certamente se verá no caso argentino.

Em contraste com o Brasil, onde Rousseff foi deposta em meio a um controverso impeachment em 2016 e Lula foi preso dois anos depois, a alternância macrismo-kirchnerismo na Argentina se deu nos marcos da normalidade burguesa. O kirchnerismo perdeu as eleições em 2015, fez oposição responsável durante quatro anos e agora, voltou à Casa Rosada, embora na vice-presidência. Evidentemente, o modo como perdeu (nas urnas) e aceitou a derrota em 2015, facilitou o seu retorno. É discutível até que ponto a vitória de Alberto Fernández à frente de uma coalizão, pode ser entendida como um retorno do progressismo, inclusive porque em todos os desentendimentos que teve quando Cristina Kirchner era presidenta, Fernández defendeu posições mais conservadoras. Porém, do ponto de vista do kirchnerismo, o recuo de Cristina aceitando a candidatura à vice-presidência foi uma jogada de mestre, culminando na maior vitória possível nas circunstâncias. A política do mal menor não tem um limite, porque o "pior" também não tem. Na prática, o kirchnerismo segue vivo e ativo, no Estado e fora dele. Na mesma linha, quando o *Frente Amplio* foi derrotado por estreita margem nas eleições em 2019 no Uruguai, o então presidente Tabaré Vázquez se apressou em esclarecer que seu partido "não trabalhará para que caia este governo (Lacalle Pou)" e que o Frente "tem que demonstrar que é uma força política séria e responsável" (El País, 2019). A esquerda da ordem aguarda respeitosamente, o momento de voltar.

Argentina e Uruguai encarnam de modo explícito um progressismo responsável que se apresenta como alternativa da ordem, posição que o PT ambiciona recuperar no Brasil. A expectativa do partido é que Bolsonaro se dissipe como um pesadelo e as eleições voltem a ser disputadas dentro da normalidade burguesa, nas quais tem um candidato sempre no páreo. No entanto, esta política tende a perder eficácia nos seus próprios termos, porque o jogo da classe dominante mudou, tornando o lulismo anacrônico. Ao perder lastro na realidade, o lulismo arrisca a se transmutar em uma aposta salvífica: a esperança de que o líder voltará triunfante antes do juízo final para evitar o apocalipse, *pathos* exalado na exortação do respeitado líder do MST, João Pedro Stédile: "Lula tem de ser nosso Moisés, convencer o povo a atravessar o Mar Vermelho. Não há outro personagem que possa cumprir esse papel" (Stédile, 2019). Em um tempo de expectativas decrescentes, diferentes nuances de progressismo messiânico canalizam a expectativa de mudança rumo ao passado, mobilizando uma população que



ora pelo mal menor tanto nas suas vidas como na política, abaixando a cabeça com resignação frente à versão latino-americana do fim da história.

3. As contradições do progressismo

220

Como entender o infortúnio dos progressistas que seguem no poder e o refluxo da onda? Distante de uma suposta reação às conquistas sociais avançadas, nossa análise enfoca a dinâmica subjacente ao progressismo e as contradições que lhe são inerentes. Em outras palavras, explicamos a derrocada do progressismo por ele mesmo: pelo mundo que a onda produziu, e pelo seu movimento. Nesta chave, compreende-se por que, ao invés de abrir passo para um mundo melhor, a onda é sucedida por algo pior. Nossa hipótese é que, a despeito das intenções e desejos subjetivos de seus líderes, as práticas de contenção da dessocialização neoliberal implementadas não suspendem o colapso e as contradições que daí emanam, mas também as aceleram. Este ângulo de análise permite entender por que a degradação do tecido social e a convergência entre neoliberalismo e autoritarismo atravessam a região, e não se limitam a governos como Bolsonaro, Duque ou Piñera. Embora por vias distintas, Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua também evoluíram em uma direção antidemocrática, enquanto López Obrador hesita em desarmar os dispositivos repressivos da guerra às drogas que herdou. O movimento dessocializador é universal e o progressismo com ele corrobora *malgré soi*.

Ao mesmo tempo em que a onda progressista erigia uma perspectiva de futuro, pretendendo acertar contas com fracassos do passado (projetos nacionais, desenvolvimentismo, unidade latino-americana etc.), ela engendrou o que se pode chamar de uma contenção provisória da desagregação social no presente, em que o passado e não o futuro foi estruturalmente reforçado. Não se trata aqui de negar que, de diferentes formas e intensidades, a perspectiva de recuperação nacional estivesse em pauta. Mas concretamente, esta retomada foi antes uma aparência, que proveu uma retaguarda ideológica aos governos, enquanto a realidade avançava em direção diferente. Paradoxalmente, a popularidade e a legitimidade da onda progressista tiveram como lastro a sua capacidade de conduzir, de forma mais democrática e inclusiva, a razão neoliberal.

Julgada pelos fatos objetivos e não pelos objetivos almejados, a tentativa de se retomar a construção nacional redundou no seu contrário. Assim, em vez da reindustrialização e da recuperação do que Celso Furtado



chamara de mecanismos de controle do espaço econômico nacional, aprofundaram-se a especialização regressiva e a reprimarização da economia, a desnacionalização de setores-chave, bem como a acentuação da dependência diante dos fluxos internacionais de capital (Gonçalves, 2011). A subordinação da economia a este curto-prazismo é a antítese da necessidade de um mínimo de capacidade de articulação de longo prazo que caracteriza qualquer veicidade de planejamento econômico. Ao mesmo tempo, a ausência estrutural de bases para uma retomada minimamente estável da acumulação produtiva de capital só poderia fazer com que a pretensão de estimular o "espírito animal" dos empresários suscitasse apenas os dispositivos especulativos e de despossessão que na América Latina se mantém como as vias privilegiadas de acumulação: concessões e isenções fiscais ao setor privado, a expansão de formas de renda fundiária, imobiliária ou calcada em recursos naturais, fusões e aquisições lucrativas de empresas, os fluxos de renda oriundos do serviço da dívida pública mas agora também de forma crescente do endividamento das famílias, para não falarmos aqui da corrupção direta e sistêmica.

Ao mesmo tempo, e num outro sentido, podemos dizer que esta (re)construção nacional fora simulada também porque que esteve assentada na dinâmica cada vez mais simulada do próprio capitalismo contemporâneo. Desse ponto de vista, fomos "beneficiados" por aquilo que Lohoff e Trenkle (2014) tem chamado de um "capitalismo invertido" no qual, diferentemente do passado, não é o crédito que vai em socorro de processos de reprodução ampliada do capital postos em movimento, mas que, ao contrário, estes últimos apenas são limitadamente desencadeados quando há uma expansão anterior de bolhas creditícias. Foi este novo *modus operandi* global de multiplicação de crédito e capital fictício que não apenas amplificou a entrada de capitais na América Latina, como também impulsionou o crescimento chinês, que por sua vez, turbinou as exportações de commodities que deram lastro à prosperidade progressista.

c) O caso brasileiro

O raciocínio aqui avançado não se limita a delinear a arquitetura do progressismo, constatando que a sua fundação estava condenada de antemão, pois dependia de um fluxo de dinheiro que em algum momento, refluiria. Na realidade, o que potencializou o alcance do desmonte foi o significado concreto do que é "ganhar tempo" ou "comprar tempo" deste lado do mundo. A questão fundamental é que os meios com que ainda se



pode tentar a contenção do desabamento, são ao mesmo tempo, aceleradores deste desabamento. Dito de outra forma, a despeito de eventuais boas intenções dos governantes progressistas, a administração do desmonte da cidadania salarial na atualidade, implica em práticas que aceleram a dinâmica social disruptiva. Em suma, implicam em uma dinâmica de contenção aceleracionista.

Examinemos algumas facetas da questão a partir do exemplo concreto do Brasil. Enquanto presidente, Lula enviou o general Augusto Heleno para comandar a missão de paz da ONU no Haiti. Esta participação foi concebida nos marcos da ideia de fazer do Brasil um *global player*. No entanto, o general e sua tropa voltaram pensando em outra direção: como evitar que o Brasil se torne um Haiti. Não é segredo que os militares brasileiros enxergaram na ilha uma oportunidade de treino e experimentação. De volta para casa, muitos se convenceram de que o exército deveria se engajar em missões similares às da ONU, mas no plano doméstico. Por outro lado, cresce a demanda de missões de “Garantia da Lei e da Ordem” por políticos desejosos de mostrar uma mão dura em todo o país, o que por sua vez, fortaleceu o poder de barganha dos militares (Harig, 2018). Barrado como vice de Bolsonaro por seu partido, Heleno se serve deste repertório para comandar o Gabinete de Segurança da Presidência da República, órgão diretamente vinculado à presidência e responsável pelos serviços de inteligência. Outro veterano do Haiti, o general Fernando Azevedo e Silva, assumiu o ministério da Defesa, uma pasta criada em 1999 com a intenção de reforçar o controle civil sobre as Forças Armadas, e que até Temer, nunca tinha sido ocupada por um militar. Em 2013, Azevedo e Silva tinha sido nomeado por Dilma para comandar a Autoridade Pública Olímpica.

Entre a ambição *global player* e as olimpíadas no Rio de Janeiro, os nexos entre o ideal de um Brasil potência e a gestão armada da vida social, vão além da valorização civil dos militares. Seu pano de fundo é a diluição das fronteiras entre a militarização da vida e a assistência social, que se misturaram como areia e cimento nos anos petistas, na tentativa de manter em pé, uma sociedade que desmorona. Segundo a penetrante análise de Paulo Arantes, os militares brasileiros operam em um mundo onde a guerra se torna um “trabalho social armado”, no qual não se trata de vencer batalhas, mas de pacificar populações (Bacevich, 2010). Neste quadro, intervenções militares no Haiti como no Rio de Janeiro, ganham a roupagem de um trabalho social, cujo sucesso depende da percepção dos moradores



em relação à legitimidade do Estado, de onde emana a assistência, mas também a punição. O outro lado destas “operações de contrainsurgência repaginadas como política pública de pacificação”, é a conversão dos direitos humanos em técnicas de governo e em última análise, em políticas públicas também (Arantes, 2014, p. 368).

Assim, a governabilidade afiançada pela polícia e o exército no Rio de Janeiro, laboratório da militarização da vida nos anos petistas, tem como braço complementar uma geração de militantes treinados durante décadas na discussão, formulação e implementação de políticas públicas, atuando como representantes do Estado, do partido, de ONGs ou da comunidade. Neste processo formativo, que acompanhou a sedimentação de um “modo petista de governar” após a ditadura, uma cidadania insurgente em potencial foi modelada segundo os requisitos de uma cidadania regulada. Modalidades de participação balizadas pela institucionalidade estatal, esvaziaram o viés popular e classista do ativismo social: a participação popular se transmutou em participação cidadã, configurando um conjunto de técnicas que desmobilizam, mobilizando. Neste quadro, dizer que nos anos petistas os brasileiros nunca foram tão participativos (71 conselhos e 74 conferências só no período lulista), significa reconhecer que nunca foram tão governados (Arantes, 2014, p. 431). Ao mesmo tempo, a engrenagem da “pacificação contrainsurgente” visa transformar os moradores (a “comunidade”) em empreendedores, forjando no processo um “simulacro de uma sociedade civil ativa e propositiva”, ambição compartilhada por Estado, Empresas, Terceiro Setor e comunidades: a construção nacional simulada, corresponde a uma sociedade civil de faz-de-conta. Segundo Arantes, este processo de autoempresariamento sem fim produz uma falsa mercadoria, que atende por diversos nomes: “cidadania, inclusão, participação etc.”. A novidade é que agora, quem segura aberta a porta de entrada para esse “mercado da cidadania”, é a polícia (Arantes, 2014, p. 374).

Em resumo, coerção e serviço social se deram as mãos no Brasil petista para produzir não a paz, mas uma pacificação, que em um mundo de expectativas decrescentes, projeta a lógica do mal menor para a favela: trata-se de convencer a população de que os benefícios de se submeter à autoridade estatal, superam os custos, ou seja, que a pressão policial é preferível à opressão do tráfico, ou àquela mais organizada, das milícias. Em todo caso, o que se evidencia é que a inclusividade petista nunca foi o contrário do punitivismo bolsonarista, mas o pressupôs, o complementou e o reforçou. E vice-versa: no contexto da pandemia, Bolsonaro ampliou o



alcance do Bolsa-Família, ao mesmo tempo em que, constrangido pelo Congresso, anunciou um auxílio emergencial de valor quatro vezes maior, para atingir quatro vezes mais pessoas (Castelani, 2020).

A contradição desta lógica, em que a tentativa de conter o movimento dessocializante não impede a sua aceleração, pois implica em fortalecer justamente o que se pretende conter, pode ser constatada em múltiplos planos. No caso brasileiro, ilustrações epidérmicas incluem: o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, que renunciou como deputado tucano em 2003 para comandar o Banco Central por oito anos sob Lula e que depois, foi ministro da economia sob Temer; a tentativa do governo Lula de fazer ligação direta com o “baixo clero” no congresso, que desatou o escândalo do “mensalão” em 2005, respondido com mais espaço para o PMDB no governo, levando o partido a indicar o futuro golpista Michel Temer por duas vezes como vice-presidente na chapa de Rousseff; o apoio de lideranças neopentecostais às administrações petistas, que resultou em recuos na agenda comportamental e na nomeação de ministros evangélicos como Marcelo Crivella, que em 2016 derrotou no Rio de Janeiro um dos únicos candidatos da esquerda a chegar no segundo turno nas eleições para prefeito; as construtoras, que não hesitaram em mandar para a cadeia, em delações reais ou imaginárias, aqueles que lhes abriram caminho para ganhar dinheiro como nunca; isso para não falar nos jovens que encararam o precariado como fase transitória de uma ascensão social que passava pelo crédito e a universidade privada mas que, uma vez atingidos pela crise e o desemprego, transformaram a esperança em ódio; ou de movimentos sociais envolvidos por políticas visando neutralizar sua combatividade em lugar de implementar suas bandeiras (como a reforma agrária e urbana), resultando, treze anos depois, em um campo popular dividido, debilitado e desprestigiado.

Em resumo, os militares, os bancos, o PMDB, o vice-presidente Michel Temer, o neopentecostalismo, as empreiteiras, o empreendedorismo, a passividade, foram todos alimentados e cultivados, em seu momento, pelos governos petistas. Neste quadro, a figura de imagem mais adequada da relação entre a defenestração do PT e a ascensão de Bolsonaro não é uma guinada de 180 graus, mas uma metástase, na medida em que forças e interesses corrosivos, cujo poder nunca foi desafiado e que pareciam controladas sob o petismo, se espalharam incontestemente pelo tecido nacional (Oliveira ; Perruso ; Santos, 2020).



Analisada pelo prisma da contenção aceleracionista, evidencia-se que a mudança política levada a cabo pelo progressismo, também reforçou uma lógica política impermeável à mudança. Não se trata de negar a importância da superação do *Pacto de Punto Fijo* na Venezuela, do protagonismo político dos indígenas na Bolívia, ou de alçar um operário à frente de um partido de trabalhadores à presidência do Brasil. Mas de constatar que, ao concentrar o esforço de mudança pela via da política, o progressismo renunciou a contestar o capital em sua “esfera substantiva de operação reprodutiva socioeconômica” (Meszaros, 2003, p. 29).

Como decorrência, fortaleceram-se as determinações fundamentais do capital enquanto sistema metabólico. Neste quadro, a dinâmica da contenção aceleracionista resultou, em última análise, no aprofundamento da razão neoliberal (Dardot; Laval, 2010). Pois a contenção econômica e social ambicionada pelo progressismo, pretendendo aumentar o controle e generalização dos fluxos monetários na sociedade (via transferências condicionadas e crédito), gera inadvertidamente o seu contrário, a saber, o maior controle e a generalização dos imperativos do dinheiro para o conjunto do tecido social. Ao invés de descortinar uma esperada ascensão coletiva e nacional, o impulso original induzido pelo afluxo de dinheiro sob modalidades de neoliberalismo inclusivo, se desdobra na concorrência de todos contra todos, dissolvendo ainda mais qualquer solidariedade de classe, nos marcos de uma profunda dessocialização. Daí a inversão: os processos sociais desencadeados pela onda progressista, a despeito da sua retórica antineoliberal, resultaram no reforço da razão neoliberal, em que as relações entre indivíduos são reduzidas à mecanismos de premiação e punição monetária de pessoas cada vez mais atomizadas. A falsa solução dos antagonismos sociais durante a efêmera prosperidade, amplia a intensidade destes mesmos antagonismos no momento em que a simulação se dissolve. Então, o processo que aparecia como inclusivo e igualitário pela ampliação relativa do acesso ao dinheiro, em seguida se depara com a superfluidade dos indivíduos e com a concentração de riqueza. Como resultado do impasse insolúvel da reprodução econômica nas sociedades latino-americanas contemporâneas, a dinâmica autofágica é acelerada: a inclusão possível sob o neoliberalismo, agrava a dessocialização.



Reflexões finais

No século XX, o keynesianismo propôs uma solução para as crises capitalistas baseada no ativismo e na coordenação estatal, solução esta que se revelou factível e duradoura no pós-guerra nos países centrais, justamente porque ela andava de par com um amplo processo de reprodução ampliada e valorização dos capitais⁴. Já o que hoje está em curso, é muito mais uma tentativa desesperada de se “comprar tempo” (Streeck, 2013) que ganha semblante de legitimidade por se apresentar como única e inescapável saída para se preservar minimamente a renda e evitar ainda maior destruição. Mesmo uma eventual vacina para a pandemia não poderá curar a doença sistêmica que decorre do fato de que não há qualquer perspectiva de uma retomada minimamente sustentável da valorização e da reprodução ampliada do capital.

De modo análogo, a experiência progressista latino-americana está *embedded* nesta crise estrutural, que transfigurou as possibilidades de civilizar o capitalismo na periferia. Distante das expectativas de um projeto nacional apontando para o futuro, o progressismo no século XXI se tornou a mera administração de um presente que se agravava cumulativamente, radicalizando a característica de “mito do desenvolvimento” descrita na obra furtadiana: sociedades nacionais inviáveis, posto que cada vez mais expostas às técnicas e aos padrões de consumo globais em constante mutação, que só conseguiam se reproduzir engendrando um crescente processo de marginalização social e regional.

Mas é justamente aqui que reside o nó da experiência: o sucesso do progressismo em termos de administração e inclusão social só poderia ser posto em marcha tornando a dinâmica da vida nacional cada vez mais tributária de uma lógica individualizante e desse ponto de vista, de uma lógica cada vez menos... social. Daí o caráter vulnerável e efêmero do processo que hoje experimenta um refluxo, evidenciando que, independentemente das vontades subjetivas dos que governavam, operava-se uma inclusão para a reprodução da concorrência e luta de todos contra todos no mundo do trabalho, ou seja: para a verdadeira essência do neoliberalismo, isto é, uma inclusão que só poderia engendrar novas exclusões e todo o ressentimento social daí advindo.

Diante da pandemia, nos defrontamos novamente com políticas de contenção exortadas como imprescindíveis, mas que só podem recolocar e acelerar mais à frente a dinâmica cega e infundável da produção pela



produção, de acumulação pela acumulação. Uma dinâmica que, diga-se de passagem, não é jamais questionada nem por keynesianos e nem por progressistas, mas que se revela não apenas insustentável econômica e socialmente, como também agrava a destruição ambiental e o risco de novas pandemias. Por isso mesmo, aquilo que fora o cerne da ideologia do progresso como uma visão de mundo histórica, só pode hoje consistir em pura aparência, cujo conteúdo é o inverso do que se advoga. A aspiração de plasmar, moldar e conduzir as relações econômicas numa perspectiva ascensional, dá lugar hoje a um processo de descida ladeira abaixo, em que aquilo que aparenta ser a ação autônoma e discricionária do Estado, no fundo nada mais é que sua arraigada heteronomia e descontrole. No centro como na periferia, o Estado atua tão somente como um bombeiro diante de um incêndio em constante expansão.

Referencias

- ADORNO, Theodor. Progresso. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.27 São Paulo Dec. 1992. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6yo4451992000300011>. Acesso em 2/5/2020
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BACEVICH, Andrew. **Washington rules**. New York: Metropolitan books, 2010.
- CASTELANI, Clayton. 'Bolsonaro anuncia sanção de R\$ 600 para informais'. **Agora**, 1/4/2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/04/bolsonaro-diz-que-vai-sancionar-auxilio-emergencial-de-r-600-para-informais.shtml>>. Acesso em 27/4/2020
- CENDA**. "Canasta Alimentaria. Mayo 2019" Disponível em <<http://cenda.org.ve/noticia.asp?id=189>>. Acesso em 19 jun. 2019.
- DARDOT, Pierre; Laval, Christophe. **La nouvelle raison du monde**. Essai sur la société neoliberal. Paris: La Découverte, 2010.
- FELDMANN, Daniel. Construção Simulada: uma interpretação da ideologia do neo-desenvolvimentismo no Brasil. In: **O pânico como política**. O Brasil no imaginário do lulismo (no prelo).
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.



- _____. **Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GARCÍA LINERA, Alvaro. **Evismo**: lo nacional popular en acción. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- GAUDICHAUD, Franck; MODONESI, Massimo; WEBBER, Jeffery. **Fin de partie?** Amérique Latine: les expériences progressistes dans l'impasse. Paris: Syllepse, 2020.
- HARIG, Christopher. "Re-Importing the 'Robust Turn' in UN Peacekeeping: Internal Public Security Missions of Brazil's Military International Peacekeeping", em **International Peacekeeping**, v. 26, n. 2, pp. 137-64, 3 dez. 2018. DOI: 10.1080/13533312.2018.1554442
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Loyola: São Paulo, 2010.
- JÁCOME, Francine. "Crisis, seguridad y fuerza armada en Venezuela. Retos en la relación colombo-venezolana", em **Documentos de Política Venezolana**, n. 11. Universidad del Rosario, Bogotá, 13 nov. 2017.
- JAPPE, Anselm. '**La violence, mais pour quoi faire?**' 2009. Disponível em: <<http://www.palim-psao.fr/article-34399246.html>>. Acesso em 27/4/2020.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. **Dinheiro sem valor**. Linhas gerais para a transformação da crítica da economia política. Antígona, 2014.
- MAYOL, Alberto. **El derrumbe del modelo**. La crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo. Santiago: LOM Editorial, 2012.
- MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MERCADANTE, Aloísio. **Brasil**: a construção retomada. Editora Terceiro Nome, 2010.
- MESZAROS, István. **Beyond Capital**. New York: Monthly Review Press, 1999.
- NEWSWEEK**. "Brazil's Lula: the most popular politician on Earth". 21/09/2009. <http://www.newsweek.com/brazils-lula-most-popular-politician-earth-79355>. Acesso em 05 jul. 2021.
- OLIVEIRA, Marinalva; PERRUSO, Marco Antonio; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **O pânico como política**. O Brasil no imaginário do lulismo (no prelo).
- PRISON INSIDER**. 'Informe anual Uruguay, 2018'. Disponível em: <<https://www.prison-insider.com/fichapais/prisionesuruguay>>. Acesso em 24/1/2020
- PRODAVINCI. "Deuda externa venezolana: un mapa de propuestas", em **Prodavinci**, 20 fev. 2019. Disponível em



- <<https://prodavinci.com/deuda-externa-venezolana-un-mapa-de-propuestas/>>. Acesso em 19 jun. 2019.
- RIVAS ALVARADO, José Felix. **Discussão por Skype com Grupo de Trabalho CLACSO de Integração Regional**, 29 mai. 2019.
- RUIZ, Carlos; Boccardo, Giorgio. **Los chilenos bajo el neoliberalismo**. Santiago: Fundación Nodo XXI, 2015.
- SANTOS, Fabio L. B. dos; FELDMANN, Daniel A. **O médico e o monstro**: Uma leitura do progressismo e seus opostos. São Paulo: Elefante, 2021.
- STÉDILE, João Pedro. 'Stédile: Lula foi escolhido pelo povo para explicar o que está acontecendo no país'. **Brasil 247**. 15/11/2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/stedile-lula-foi-escolhido-pelo-povo-para-explicar-o-que-esta-acontecendo-no-pais>>. Acesso em 27/4/2020.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Coimbra: Actual, 2013.
- SUBVERTA**. Entrevista com Edgardo Lander direto da Venezuela, 26 jan. 2019. Disponível em: <https://subverta.org/2019/01/26/entrevista-com-edgardo-lander-direto-da-venezuela/>.
- SUTHERLAND, Manuel. "Oú va le Venezuela? (a supposer qu'il aille a quelque part)", em **Contretemp**, 26 jan. 2019. Disponível em <<https://www.contretemps.eu/venezuela-entretien-sutherland/>>. Acesso em 18 jun. 2019.
- SVAMPA, Maristella. "Consenso de los commodities" y lenguajes de valorización en América Latina. **NUSO**, n. 244. Buenos Aires, 2013.

Recebido em 10 out. 2021 | aceite em 30 nov. 2021

